

MENSAGEM

À ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA **2017**

MENSAGEM Nº 151, DE 31 DE JANEIRO DE 2017.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa,

Senhoras e Senhores Deputados,

Encaminho a Vossa Excelência, para conhecimento dessa egrégia Assembleia, mensagem expondo a situação do Estado, os destaques do segundo ano de mandato e os desafios e perspectivas frente ao planejamento estadual, nos termos do inciso X do art. 90 da Constituição do Estado de Minas Gerais.

No ano de 2016, a despeito do conturbado panorama político e econômico nacional, a harmonia entre os Poderes Executivo e Legislativo em Minas Gerais permitiu a consolidação de um modelo de governo pautado pelo diálogo com a população e com os servidores. Os problemas e necessidades apresentados pela população mineira nos Fóruns Regionais de Governo – onde a Assembleia Legislativa atuou como aliada e parceira – culminaram na elaboração do Pacto pelo Cidadão, documento que responde às principais demandas territoriais e cujo acompanhamento ficará a cargo dos Comitês Temáticos. Criados a partir dos eixos definidos no Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado – PMDI –, os comitês são instâncias de planejamento e acompanhamento das políticas públicas estratégicas que devem garantir a eficácia e integração da ação governamental, além de sua distribuição de forma regionalizada.

O planejamento com foco no desenvolvimento econômico e social sustentável foi aprofundado a partir da revisão do Plano Plurianual da Ação Governamental – PPAG 2016-2019 –, aprovada nesta casa, na qual foram incorporados os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS –, elaborados com a coordenação da Organização das Nações Unidas – ONU – e que irão conferir maior sinergia entre os instrumentos de gestão estadual e a agenda global. De igual relevância foi a aprovação da Lei Orçamentária Anual – LOA – 2017, elaborada com a valiosa colaboração dos parlamentares desta

Casa e que considerou o déficit orçamentário que perdura, a despeito de todos os esforços realizados em 2015 e 2016.

Nesses últimos dois anos, o Governo do Estado dedicou-se incessantemente a melhorar a qualidade do gasto público e a recuperar a receita como forma de enfrentar um cenário econômico bastante adverso. Para tanto, instituiu o programa Regularize, que retornou quase R\$1.000.000.000 (um bilhão de reais) de créditos para os cofres do Estado. Não menos importante foi o protagonismo de Minas Gerais nas ações que resultaram na renegociação do pagamento da dívida dos Estados com a União, permitindo uma redução, só em 2016, de R\$ 4.062.101.829,00 (quatro bilhões sessenta e dois milhões cento e um mil oitocentos e vinte e nove reais) e mais de R\$ 8.864.018.699,00 (oito bilhões oitocentos e sessenta e quatro milhões dezoito mil seiscentos e noventa e nove reais) até o ano de 2018. Tal iniciativa permitiu administrar o fluxo de recursos para assegurar, mesmo que de forma parcelada, o pagamento da folha de pessoal.

Contudo, a conjuntura exigia um esforço ainda maior da administração pública e várias medidas foram adotadas visando a conferir mais eficiência administrativa e maior dinamismo à gestão. Merece destaque a reforma administrativa, que contou com a sensibilidade de todos os parlamentares para aprimorá-la e aprová-la. Por meio da reforma, promovemos o ajustamento da máquina pública de forma a modernizá-la e torná-la mais ágil. Do ponto de vista financeiro, não houve uma redução imediata dos custos, mas espera-se limitar a possibilidade da despesa crescer de forma descontrolada por meio da reestruturação aprovada e do corte de centenas de cargos vagos.

Como é de amplo conhecimento, a situação das finanças estaduais é grave e não nos restou outra opção, se não, de forma coordenada com todos os Poderes do Estado, conforme previsto na Constituição Mineira, decretar situação de calamidade financeira do Estado e com isso trilhar condições para a adoção de instrumentos e flexibilidade necessários ao equacionamento das contas.

Apesar do evidente peso da agenda fiscal, sobre a qual nos debruçamos com responsabilidade, não nos furtamos do desafio de trabalhar em prol da manutenção dos serviços públicos e geração de entregas relevantes para a sociedade mineira, mesmo com todas as limitações financeiras impostas. Nesses termos, apresento anexo a esta mensagem um breve panorama da situação fiscal do Estado, bem como o conjunto das principais realizações por eixo.

Por fim, ressalto a importância do apoio dos Deputados desta Casa e renovo os votos de uma sessão legislativa plena de realizações e manutenção dessa profícua parceria em prol dos mineiros.

Ante todo o exposto, reitero a Vossa Excelência as considerações de estima.

FERNANDO DAMATA PIMENTEL

Governador do Estado

1. SITUAÇÃO FISCAL

A grave situação econômica e fiscal que o País tem atravessado impactou fortemente as contas públicas do Estado de Minas Gerais nos últimos anos. Por um lado, a crise econômica reduziu o potencial de arrecadação do Estado, culminando, no período 2014/2015, na queda real na arrecadação de algumas receitas, como o ICMS, principal tributo de competência estadual. Por outro lado, o Estado enfrentou um aumento nos níveis de engessamento do seu orçamento, devido à ampliação das despesas de caráter obrigatórias, como os gastos com a folha de pessoal, o pagamento da dívida pública e o financiamento do déficit previdenciário, o que acabou por gerar uma situação de desequilíbrio fiscal e descompasso entre a arrecadação das receitas e execução das despesas.

Nesse contexto, o ano de 2016 iniciou-se com uma previsão de déficit orçamentário da ordem de R\$ 8,920 bilhões, valor próximo ao apurado no encerramento das contas do exercício anterior, de R\$ 8,964 bilhões. Importante destacar, nesta análise, que os resultados fiscais negativos observados em cada ano se acumulam para o exercício subsequente na forma de Restos a Pagar processados e não processados, ou seja, compromissos assumidos pela administração pública cujo pagamento não foi realizado no ano de origem da despesa, onerando, desse modo, a capacidade de fluxo de caixa e pagamento do Tesouro Estadual. Diante de tal cenário, o governo adotou uma série de medidas de contingenciamento visando a frear o crescimento da despesa e que resultaram no encerramento das contas do ano com um déficit de R\$ 4,163 bilhões.

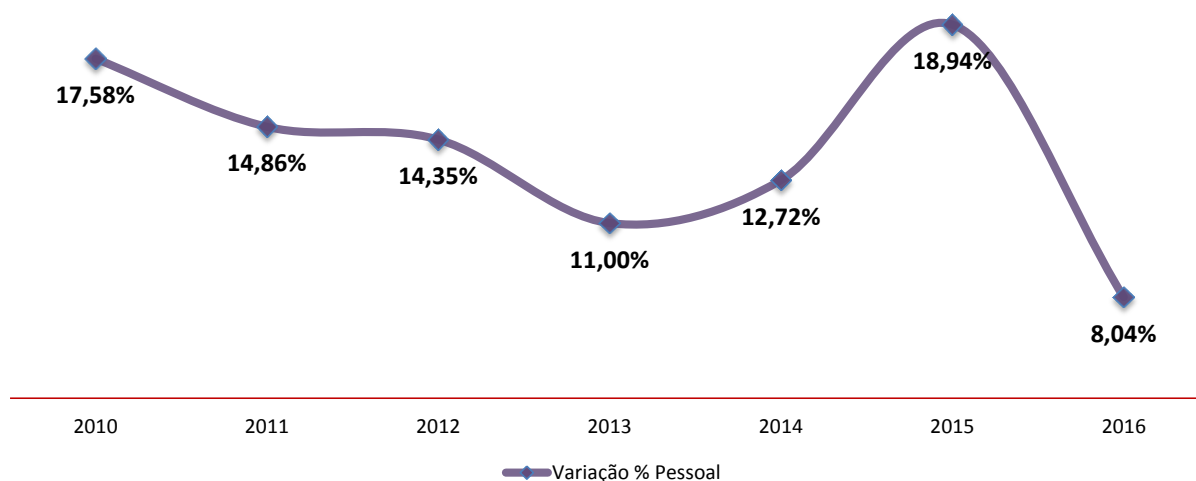
No que diz respeito às despesas com o pagamento da folha de pessoal, a qual representa cerca de 49% de toda a despesa do Estado¹, sua contenção foi assegurada sem, contudo, prejudicar os direitos dos servidores. A redução da realização de concursos e concessão de novos reajustes (à exceção do reajuste histórico concedido aos profissionais do magistrado em função do piso federal estabelecido) viabilizou uma significativa desaceleração do seu crescimento.

Conforme observado no Gráfico 1, a folha de pessoal do Estado apresentou variação de 8,04%, no período 2015/2016, frente a um crescimento de 18,94% observado no exercício anterior. Destacam-se os aumentos sucessivos e escalonados concedidos ainda na gestão anterior e a expansão do teto do funcionalismo público como os principais fatores responsáveis pela variação significativa deste

¹ Dados da execução 2015.

grupo de despesa no período 2010-2015.

Gráfico 1 – Variação da folha de pessoal do Estado no período 2010-2016.



Nota: Despesa bruta com pessoal (RGF consolidado dos Poderes)

Valores 2016: apuração preliminar

Fonte: Seplag

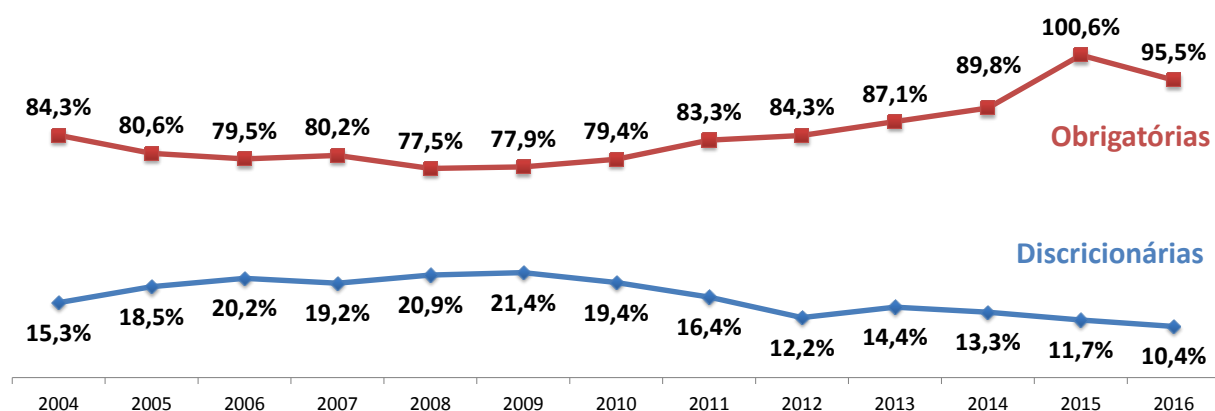
Outra importante medida adotada pelo governo no exercício envolve a materialização, por meio da Lei nº 22.257, de 27 de julho 2016, da reforma administrativa do Estado, que buscou reduzir as despesas com a máquina pública mediante o desmembramento, a transformação e a extinção de cargos, secretarias e outros órgãos públicos sem gerar descontinuidade de políticas públicas. Por meio da reestruturação aprovada e do corte de centenas de cargos vagos, o governo procurou limitar a possibilidade da despesa crescer de forma descontrolada, estabelecendo, ainda, novo marco legal para permitir maior responsividade nos momentos de crise.

Finalmente, cita-se o processo vigente de renegociação da dívida, formalizado entre Estados e União, e que teve o Governo de Minas Gerais como um de seus protagonistas. Após intensas rodadas de negociação, o Supremo Tribunal Federal – STF – concedeu, em 1º de julho de 2016, liminar sobre as dívidas dos Estados junto à União, com a suspensão do pagamento das parcelas das dívidas por seis meses, e posterior redução dos valores mensais até julho de 2018. Tal medida representou alívio imediato nas contas do Estado, refletindo-se em uma economia de desembolso de caixa da ordem de R\$ 4,062 bilhões apenas no exercício de 2016.

Tais ações contribuíram para reverter o preocupante quadro traçado em 2015, quando as

despesas obrigatórias (aquelas sobre as quais o gestor público não possui discricionariedade quanto à determinação do seu montante, bem como ao momento de sua realização, por determinação legal ou constitucional) passaram a consumir mais de 100% da receita estadual, conforme apresentado no Gráfico 2.

Gráfico 2 – Participação das despesas obrigatórias na receita do Estado



Fonte: Seplag

Desse modo, os esforços despendidos no exercício de controle da expansão da despesa, aliados a uma retomada do crescimento da receita – fruto de um trabalho intenso de recuperação de receitas tributárias, com intensivo combate à sonegação fiscal e modernização de instrumentos de controle e de fiscalização –, colaboraram para a redução do déficit fiscal inicial em 53,33%. No entanto, a situação fiscal mineira ainda enseja preocupação, de modo que o governo continuará trabalhando para superar os desafios postos e honrar os compromissos assumidos junto a seus servidores, fornecedores e cidadãos.

1.1 RECEITA ESTADUAL

O desempenho da arrecadação anual do ICMS, principal fonte de recurso próprio do Estado e fruto do trabalho da ação fiscalizadora, foi positivo. Em 2016, a arrecadação desse imposto foi de R\$ 41.055 milhões contra R\$ 37.151 milhões recolhidos em 2015, equivalente a um acréscimo de 10,5% nominal no período e superior à previsão da LOA em 1,7%.

Em relação à receita tributária global constante da LOA, da ordem de R\$ 47,7 bilhões, o

Estado alcançou a arrecadação de R\$ 48,6 bilhões, demonstrando superação em R\$ 875 milhões, conforme apresentado nas tabelas abaixo:

Tabela 1 – Acompanhamento Meta SRE 2016 (em R\$ Mil)

Acompanhamento Meta SRE 2016 - R\$ Mil				
TRIBUTO	Jan a Dez Valores Correntes		Variação LOA (%)	
	LOA	REALIZADO	(R\$)	(%)
ICMS	40.372.003	41.055.400	683.396	1,7%
IPVA	4.415.257	4.359.446	(55.811)	-1,3%
ITCD	680.576	759.575	78.999	11,6%
TAXAS SEF	1.013.248	1.035.029	21.782	2,1%
MULTAS ISOLADA ICMS	47.496	45.628	(1.868)	-3,9%
MULTAS SOBRE ICMS	210.812	179.989	(30.823)	-14,6%
MULTAS SOBRE OUTROS IMPOSTOS	201.500	226.782	25.282	12,5%
JUROS SOBRE ICMS	391.508	314.090	(77.418)	-19,8%
JUROS SOBRE OUTROS IMPOSTOS	86.357	97.847	11.490	13,3%
DÍVIDA ATIVA DE ICMS	276.367	393.370	117.004	42,3%
DÍVIDA ATIVA OUTROS IMPOSTOS	30.272	133.145	102.873	339,8%
TOTAL	47.725.396	48.600.301	874.905	1,8%

Fonte: LOA 2016 / Acordo Metas SRE / RMA.

Elaboração: DIEF/SAIF/SEF-MG

Notas: (1) Na Dívida Ativa de ICMS, no mês de janeiro/16, foi Incluído valor de R\$ 12.030.543,17 referente a quitação de parcelamento c/ precatório.

Tabela 2 – Análise Receita Tributária (em R\$ Mil)

Análise Receita Tributária - R\$ Mil									
Mês	Jan a Dez Valores Correntes		Variação (%)		Jan a Dez Valores Constantes		Variação (%)		Part. (%) 2016
	2015	2016	(R\$)	(%)	2015	2016	(R\$)	(%)	
ICMS	37.156.415	41.055.400	3.898.984	10,5%	41.397.566	41.906.101	508.535	1,2%	85,2%
IPVA	3.991.467	4.359.446	367.979	9,2%	4.587.081	4.547.966	(39.115)	-0,9%	9,3%
ITCD	697.768	759.575	61.807	8,9%	773.814	773.769	(46)	0,0%	1,6%
TAXAS	1.743.551	1.880.549	136.997	7,9%	1.958.797	1.930.753	(28.045)	-1,4%	3,9%
TOTAL	43.589.202	48.054.970	4.465.768	10,2%	48.717.258	49.158.588	441.330	0,9%	100,0%

Fonte: RMA.

Elaboração: DIEF/SAIF/SEF-MG

Notas: (1) ICMS principal sem Multas, Juros e D. Ativa

Para alcançar esses resultados positivos, o Governo do Estado, por meio da Secretaria de

Estado de Fazenda – SEF –, orientou suas ações para o aprimoramento da política tributária de incremento, atração e retenção de investimentos no Estado, além de atuar na recuperação de receitas tributárias com intensivo combate à sonegação fiscal e modernização de instrumentos de controle e de fiscalização.

Ademais, aprimorou seus processos e a legislação voltada para a gestão do crédito tributário, buscando alternativas para favorecer a consistência e a liquidez do crédito, incentivando a auto regularização e viabilizando novas oportunidades para a solução do crédito tributário e recuperação de ativos, inclusive a partir da integração com órgãos públicos intervenientes como a Advocacia-Geral do Estado – AGE – e o Ministério Público.

Entre as estratégias implementadas e seus resultados pode-se destacar, em relação à tributação, a organização, estruturação e padronização de 17 Tratamentos Tributários Setoriais – TTS – visando ao incremento, à atração e à retenção de investimentos no Estado, associada ao desenvolvimento de solução informatizada e célere de concessão de regime especial simplificado para aqueles setores com o instrumento padronizado. Foram, ainda, concluídos vários estudos relacionados à revisão de desonerações de algumas operações alcançadas pelo crédito presumido e equalização da alíquota de diversos produtos em razão dos efeitos da Emenda à Constituição Federal nº 87, de 16 de abril de 2015.

Em relação à melhoria de atendimento ao contribuinte, destaca-se o parcelamento de débitos de IPVA vencidos, que apresentou um aumento de 370% gerado pela possibilidade de parcelamento do débito do exercício corrente e também pela disponibilidade do serviço pela internet, proporcionando uma maior facilidade ao cidadão e ao contribuinte.

Ainda com o propósito de ampliar a capacidade de arrecadação, o uso e tratamento estratégico do conhecimento, com utilização intensiva de armazém de informações, mineração de dados e modelagem estatística da base cadastral, proporcionaram o monitoramento e revisão de Preço Médio Ponderado a Consumidor Final – PMPF – que gerou receita de R\$ 616,7 milhões, enquanto a revisão de Margem de Valor Agregado – MVA – gerou receita de R\$ 43,3 milhões. Foram disponibilizados 28 bancos de indícios para fiscalização extensiva e 23 para a fiscalização intensiva, por meio da utilização de ferramentas de inteligência analítica, com resultado da ordem de R\$ 1,12 bilhões em relação ao ICMS.

Em relação ao controle fiscal foram realizadas 19.414 atividades de auditorias e exploratórias, representando aumento de 18,3% em relação a 2015, culminando em atuação fiscal

diferenciada em contribuintes que representam 81% da receita do ICMS. Além disso, foram realizadas 40 ações fiscais regionais, 4 Operações Estaduais e 84 blitzes, visando à elevação da percepção de risco do contribuinte e inibindo práticas de sonegação fiscal, com resultado global de R\$ 18,8 milhões.

Destacam-se ainda 28 operações especiais em conjunto com outros órgãos – Ministério Público, Advocacia Geral do Estado, Polícias Militar e Civil, sendo lavradas, em 2016, 113 autuações, totalizando R\$ 490,66 milhões decorrentes de Operações Especiais realizadas nos anos de 2013 a 2016, e elaborados e encaminhados 425 autos de notícia-crime para o Ministério Público, totalizando o montante de R\$ 1,05 bilhões, incluindo ICMS e multas.

Os contribuintes ganharam nova oportunidade de regularizar a situação com o Estado devido à publicação do Decreto nº 47.020, de 11 de julho de 2016. O referido decreto retomou várias medidas para pagamento incentivado dentro do Programa Regularize, dentre elas, a possibilidade de liquidação das dívidas tributárias com créditos acumulados do ICMS, opção que havia sido encerrada em dezembro de 2015. Desse passivo tributário, 98% são referentes a débitos de ICMS.

No ano de 2016, a adesão ao Programa Regularize possibilitou aos contribuintes mineiros solucionarem R\$ 4,9 bilhões em débitos tributários, somando 60.817 processos tributários. Abatidas as reduções proporcionadas pelo Programa, R\$ 3,9 bilhões foram arrecadados, incluindo as modalidades à vista, parcelados e compensação com créditos acumulados de ICMS. Desse montante, R\$ 2,7 bilhões referem-se a débitos pagos na fase administrativa e R\$ 1,2 bilhões a débitos inscritos em Dívida Ativa.

Como resultado, ingressaram nos cofres estaduais R\$ 935 milhões, incluindo pagamentos à vista e entradas prévias de parcelamentos. O restante, R\$ 2,55 bilhões, foram parcelados e R\$405 milhões foram pagos com créditos acumulados de ICMS. O resultado, fruto de ações integradas da SEF e da AGE, reafirma a eficácia do trabalho em curso para recuperação do crédito tributário.

Outra importante vertente desta modalidade é a possibilidade oferecida aos contribuintes acumuladores de créditos de ICMS, nos quais se destacam os de exportação, de darem efetividade ao crédito acumulado em operações anteriores, o que resguarda o princípio constitucional da não cumulatividade do imposto, ação essa desenvolvida com pioneirismo pelo Estado de Minas Gerais.

1.2 DÍVIDA ESTADUAL

No tocante ao comportamento da Dívida Pública Fundada Estadual, entre as posições de 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2016, o estoque do endividamento apresentou aumento de 5,82%, evoluindo de R\$ 105.009 milhões para R\$ 111.125 milhões, um acréscimo de R\$ 6.116 milhões, conforme apresentado na Tabela 3.

A dívida fundada de Minas Gerais é composta majoritariamente pela dívida interna, que representa 89,16% de seu total, de acordo com a posição apurada em 31 de dezembro de 2016.

O perfil do endividamento estadual sinaliza, ainda, a concentração do saldo devedor global em dois grandes débitos: o montante renegociado com o governo federal sob a égide da Lei Federal nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, e o financiamento para saneamento e a privatização dos bancos estaduais sob amparo da Medida Provisória nº 2.192-70, de 24 de agosto de 2001. A evolução dessas dívidas é foco de especial gerenciamento, pois ambas representam 78,47% do endividamento total.

Tabela 3 – Estoque da Dívida Fundada – Posição de 31.12.15 a 31.12.16 – Minas Gerais (em R\$ Milhões)

Minas Gerais
Estoque da Dívida Fundada Contratual - posição 31/12/2015 e 31/12/2016, em R\$ milhões

Discriminação	2015	2016	Variação em R\$milhões (2016-2015)	Taxa de Crescimento (%) 2016/2015	Participação Relativa (%) 2016
I- Dívida Interna	90.197	99.078	8.882	9,85%	89,16%
Dívida com a União Federal	77.858	87.196	9.338	11,99%	78,47%
Refinanciamento Dívida (Lei 9.496/97)	21.967	22.103	136	0,62%	19,89%
Saneamento Sistema Financeiro (MP 2.192-70/01)	10.562	10.621	59	0,56%	9,56%
Resíduo (Refinanciamento + Saneamento)	45.328	54.471	9.143	20,17%	49,02%
Indexada ao câmbio	8.162	7.847	- 315	-3,86%	7,06%
Outras Dívidas	4.177	4.036	- 141	-3,38%	3,63%
II- Dívida Externa	14.812	12.047	- 2.765	-18,67%	10,84%
III- Total (I + II)	105.009	111.125	6.116	5,82%	100,00%

Fonte: DCD/SCGOV/Secretaria de Estado de Fazenda

Fonte: DCD/SCGOV/Secretaria de Estado de Fazenda

Observação: (i) As informações do quadro não incluem os saldos das dívidas com precatórios e outras dívidas relacionadas no Relatório de Gestão Fiscal.

Ainda em relação aos contratos da Lei Federal nº 9.496, de 1997, em dezembro de 2016 o estoque dessa dívida somou R\$ 87.196 milhões, ficando 11,99% maior do que o saldo devedor de 2015, que era de R\$ 77.858 milhões. O índice de correção dos contratos é o Índice Geral de Preços – IGP-DI – , cuja variação foi positiva em 7,18% em 2016. Vale ressaltar que no exercício de 2016 o Estado:

- Não efetuou o pagamento das parcelas correspondentes aos meses de abril a junho em razão da decisão proferida pelo STF no Mandado de Segurança – MS nº 34.122/2016;
- Parcelou a dívida vencida e não paga, em decorrência do MS-STF 34.122/16, em 24 prestações mensais e consecutivas, devidamente atualizadas pelos encargos de adimplência, nos termos do Projeto de Lei Complementar – PLP – nº 257/2016 – e da Lei Complementar Federal nº 156, de 28 de dezembro de 2016 –, vencendo-se a primeira em julho de 2016; e
- Obteve reduções extraordinárias de 100% nas parcelas de julho a dezembro, fruto da renegociação da União Federal com os Estados.

Em dezembro de 2016, o Estado assinou o aditivo de que trata o art. 4º da Lei Complementar Federal nº 148, de 25 de novembro de 2014. A redução de aproximadamente R\$ 9 bilhões no estoque, decorrente da aplicação dos critérios desta lei, não está reconhecida nos números apresentados na tabela 1, tendo em vista que o Estado aguarda posicionamento do Banco do Brasil a respeito da assinatura do referido instrumento, por parte do Governo Federal, e publicação do respectivo extrato no Diário Oficial da União.

Em relação à renegociação da dívida dos Estados, os principais pontos da Lei Complementar Federal nº 156, de 2016, são:

- prazo adicional de até 240 meses para pagamento das dívidas refinanciadas;
- redução extraordinária da prestação mensal da dívida, nos termos da tabela 2;
- redução extraordinária limitada ao valor de R\$500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais);
- valores correspondentes à redução extraordinária, incorporados ao saldo devedor a partir de julho de 2018, acrescidos dos encargos financeiros contratuais de adimplência;
- afastamento das disposições contidas nos art. 5º e 6º da Lei Federal nº 9.496, de 1997 (limite de 13% da Receita Líquida Real – RLR);
- parcelamento da dívida vencida e não paga em decorrência de Mandado de Segurança provido pelo STF no âmbito das discussões quanto à capitalização composta da taxa Selic para efeito do disposto no art. 3º da Lei Complementar Federal nº 148, de 2014, em até 24 prestações mensais e consecutivas, devidamente atualizadas pelos encargos de adimplência contratuais vigentes, vencendo-se a primeira em julho de 2016 (as prestações serão apuradas pelo Sistema de Amortização Constante –

SAC); e

- efeitos financeiros decorrentes do aditamento aplicados a partir de 1º de julho de 2016.

Tabela 4 – Redução extraordinária nas parcelas mensais da dívida

Mês	Redução na prestação mensal	Mês	Redução na prestação mensal
jul/16	100,00% de desconto na parcela	ago/17	57,89% de desconto na parcela
ago/16	100,00% de desconto na parcela	set/17	52,63% de desconto na parcela
set/16	100,00% de desconto na parcela	out/17	47,36% de desconto na parcela
out/16	100,00% de desconto na parcela	nov/17	42,10% de desconto na parcela
nov/16	100,00% de desconto na parcela	dez/17	36,84% de desconto na parcela
dez/16	100,00% de desconto na parcela	jan/18	31,57% de desconto na parcela
jan/17	94,73% de desconto na parcela	fev/18	26,31% de desconto na parcela
fev/17	89,47% de desconto na parcela	mar/18	21,05% de desconto na parcela
mar/17	84,21% de desconto na parcela	abr/18	15,78% de desconto na parcela
abr/17	78,94% de desconto na parcela	mai/18	10,52% de desconto na parcela
mai/17	73,68% de desconto na parcela	jun/18	5,26% de desconto na parcela
jun/17	68,42% de desconto na parcela	jul/18	0,00% de desconto na parcela
jul/17	63,15% de desconto na parcela		

Fonte: DCD/SCGOV/Secretaria de Estado de Fazenda

O aditamento contratual de que trata a Lei Complementar Federal nº 156, de 2016, está condicionado à celebração do termo aditivo de que trata o art. 4º da Lei Complementar Federal nº 148, de 2014.

Quanto à dívida interna, cabe registrar a existência de contratos indexados ao câmbio. Embora tenha sido inscrito R\$ 1,08 bilhão em novas dívidas para essa modalidade de contratos, o saldo apresentou uma variação negativa de -3,86%, ao passar de R\$ 8.162 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 7.847 milhões em 31 de dezembro de 2016. Esta variação é explicada pela desvalorização cambial observada no período em referência, de -16,54%.

O endividamento externo apresentou uma variação de -18,67%, ao reduzir de R\$ 14.812 milhões em 2015 para R\$ 12.047 milhões em 2016. Esta redução se deve basicamente à desvalorização do câmbio mencionada no parágrafo anterior.

2. REALIZAÇÕES

Em 2016, o compromisso de governar com a população foi aprimorado por meio de um novo instrumento de gestão de políticas públicas: o MG Planeja e o Pacto pelo Cidadão. Trata-se de um instrumento que fixa metas de desempenho pactuadas com os dirigentes máximos dos órgãos e entidades do Poder Executivo, tendo sido instituído pela Lei nº 22.257, de 27 de julho de 2016, e regulamentado pelo Decreto nº 47.070, de 26 de outubro de 2016.

As metas, que vão orientar os investimentos para os próximos dois anos, traduzem os compromissos do governo com a população de Minas Gerais ao reunirem as ações escolhidas como prioritárias durante os Fóruns Regionais (metas territoriais) e também as metas setoriais definidas nos Comitês Temáticos. O Pacto pelo Cidadão reúne 223 ações focadas no cidadão e na necessidade da população, territorializadas da seguinte forma:

Tabela 5 – Ações prioritárias por Território de Desenvolvimento

Território	Ações
Alto Jequitinhonha	12
Caparaó	5
Central	15
Médio e Baixo Jequitinhonha	21
Mata	15
Metropolitano	28
Mucuri	13
Noroeste	15
Norte	19
Oeste	18
Sudoeste	7
Sul	10
Triângulo Norte	8
Triângulo Sul	4
Vale do Aço	8
Vale do Rio Doce	13
Vertentes	12

Fonte: <http://www.planejamento.mg.gov.br/estrategia-de-governo/pacto-pelo-cidadao>

Nota-se que todos os 17 Territórios de Desenvolvimento foram contemplados, evidenciando mais uma vez a preocupação do Governo de Minas Gerais com as necessidades regionais e com a redução estrutural das desigualdades regionais mineiras.

Por meio do Pacto pelo Cidadão consagra-se o componente da participação social como elemento fundamental do processo de planejamento, possibilitando o acompanhamento intensivo das ações estratégicas de governo em suas etapas. Dessa forma, amplia-se o controle social sobre todo o ciclo das políticas públicas, observada a necessária margem de flexibilidade e de ajustes diante da conjuntura interna e externa.

Os Comitês Temáticos, regulamentados pelo Decreto nº 46.977, de 5 de abril de 2016, contam com a participação das secretarias estaduais e foram divididos em seis grupos temáticos: Comitê Temático de Desenvolvimento Econômico e Sustentável, Comitê Temático de Agronegócio e Desenvolvimento Agrário, Comitê Temático de Infraestrutura e Logística, Comitê Temático de Saúde e Proteção Social, Comitê Temático de Segurança Pública e Comitê Temático de Educação, Esportes, Ensino Superior e Juventude.

Os comitês objetivam a compatibilização das áreas temáticas com a estratégia governamental e as diretrizes do planejamento estadual. Para tanto, irão subsidiar as decisões estratégicas de governo, elaborar estudos e relatórios relativos às áreas sob sua responsabilidade, propor diretrizes e zelar pela responsabilidade na gestão fiscal e orçamentário-financeira. Durante o exercício de 2016, foram realizadas 61 reuniões, uma média de 10 reuniões por comitê.

Outra importante ferramenta desenvolvida para a realização do planejamento, acompanhamento e a governança das ações prioritárias foi o MG Planeja. Em funcionamento desde o primeiro semestre de 2016, o instrumento permite o gerenciamento das ações dos órgãos e entidades, acompanhando a execução e favorecendo a tomada de decisões por meio de uma metodologia de planejamento, detalhamento e monitoramento específica e intensiva.

A partir da inserção das metas e ações associadas às entregas prioritárias do governo no sistema MG Planeja, as equipes da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – procedem com uma sistemática mensal de atualização das informações junto aos órgãos e entidades competentes. As informações coletadas por meio desta dinâmica ficam disponíveis para os Grupos de Coordenação das

Políticas Públicas Setoriais e estarão disponíveis também para a Sala de Situação do Governador, atualmente em desenvolvimento pela Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais – Prodemge.

O objetivo do sistema é desburocratizar o acompanhamento das ações que foram priorizadas nas instâncias de participação, como os Fóruns Regionais, nos instrumentos de planejamento, tais como o PMDI 2016-2027 e o PPAG 2016-2019 e aquelas definidas pelas secretarias no seu processo de planejamento setorial específico. Neste espaço as metas e ações prioritárias do governo serão compartilhadas entre os gestores de forma a facilitar, além do monitoramento intensivo, a necessária intersectorialidade entre as políticas públicas em execução.

Espera-se que numa segunda etapa de desenvolvimento a plataforma possa ser integrada com outras ferramentas de gestão, transparência e diálogo do governo, como o MG App e o Participa MG. Dessa forma, os representantes dos Colegiados Executivos dos Fóruns Regionais de Governo terão mais um instrumento para a promoção da comunicação e diálogo com o Governo de Minas Gerais.

Nos termos do art. 8º da Lei nº 21.968, de 14 de janeiro de 2016, que institui o PPAG 2016-2019, foi realizada a 1ª revisão do PPAG para exercício de 2017. Com o intuito de compatibilizar a agenda governamental às mudanças conjunturais e institucionais sofridas durante o ano de 2016, o processo de revisão é uma importante fase do ciclo de planejamento.

O grande diferencial da revisão do PPAG foi a integração do planejamento estadual com a nova agenda global de desenvolvimento sustentável, intitulada “Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”, em vigor desde 1º de janeiro de 2016. Essa agenda é composta de 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS – e 169 metas que buscam concretizar principalmente os direitos humanos, alcançar a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres e meninas. Tais ODS são integrados e indivisíveis e equilibram as três dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental.

Os objetivos e metas previstos serão norteadores das ações de seus signatários, até 2030, nas áreas de erradicação da pobreza, segurança alimentar, agricultura, saúde, educação, igualdade de gênero, redução das desigualdades, energia, água e saneamento, padrões sustentáveis de produção e de consumo, mudança do clima, cidades sustentáveis, proteção e uso sustentável dos oceanos e dos ecossistemas terrestres, crescimento econômico inclusivo, infraestrutura, industrialização, entre outros.

A integração do planejamento mineiro com a referida agenda iniciou-se a partir da vinculação dos programas constantes no PPAG 2016-2019 aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e suas metas. Tomando como ponto de partida os objetivos dos programas e as finalidades das ações, os órgãos e entidades vincularam seus programas finalísticos a pelo menos um ODS oriundo da nova agenda de desenvolvimento. Dessa forma, pretende-se agregar o principal instrumento de planejamento estadual aos anseios, demandas e necessidade locais, estreitando os laços entre as esferas global, nacional, estadual e local.

O próximo desafio envolve o monitoramento das metas e ações por intermédio de indicadores de desempenho, que irão aferir os progressos no cumprimento das metas para os diferentes grupos sociais e econômicos e a redução das desigualdades sociais e regionais que enfrentamos no Estado.

Nesse sentido, em outubro de 2016, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD – lançou a primeira versão da Plataforma Agenda 2030, portal *online* com os indicadores sociais associados aos ODS. Os indicadores de natureza global serão o núcleo dos demais conjuntos de indicadores. Indicadores temáticos também estão sendo desenvolvidos em diferentes áreas. Para os Estados-membro, posteriormente, caberá a responsabilidade pelo desenvolvimento dos indicadores em nível nacional e subnacional, levando em consideração os contextos locais e regionais.

Outro destaque da área de planejamento e gestão diz respeito ao aplicativo MG App. A iniciativa, coordenada pela Seplag, por meio da Superintendência Central de Governança Eletrônica, e desenvolvida pela Prodemge, tem como objetivo facilitar a resolução de problemas e a busca por informações, de forma simples, rápida e moderna.

O aplicativo disponibiliza serviços *online* da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig –, da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa – e do Departamento de Trânsito de Minas Gerais – Detran-MG –, além de consulta a atestado de antecedentes criminais e medicamentos disponibilizados nas Farmácias de Todos, bem como permite o acesso a endereços, telefones e horário de atendimento das principais unidades de prestação de serviços, como delegacias e escolas. Além disso, por meio do aplicativo, os servidores estaduais têm acesso ao contracheque.

Com o número aproximado de 135 mil *downloads*, o MG App foi o vencedor no prêmio Inova Minas na categoria Iniciativas Implementadas de Sucesso, na modalidade Inovação em Processos Organizacionais, por seu caráter inovador e por conter uma proposta ousada que busca oferecer serviços

de qualidade à população. O prêmio é uma iniciativa do Governo do Estado que busca estimular servidores e empregados públicos na implementação de projetos para a melhoria e eficiência dos serviços e da gestão pública.

Ainda na área de planejamento e gestão, faz-se necessário mencionar a promulgação da Lei Complementar nº 138, de 28 de abril de 2016, que dispõe sobre o tratamento de saúde dos servidores atingidos pela Lei Complementar nº 100, de 5 de novembro de 2007, e que foram exonerados em 31 de dezembro de 2015. Sua vigência significa que os servidores que estavam de licença médica na época em que foram exonerados poderão contar com o benefício novamente para dar prosseguimento aos seus tratamentos de saúde. A lei estabelece que o beneficiário, durante a licença, receberá o valor equivalente à última remuneração a que teve direito antes do desligamento, garante a conversão da licença para tratamento de saúde em aposentadoria por invalidez para os casos em que junta médica competente considerar o beneficiário definitivamente inapto para o serviço público em geral e autoriza, ainda, a contagem de tempo para fins de aposentadoria e pensão em cima da contribuição previdenciária sobre a remuneração da licença para tratamento de saúde, nos termos da Lei Complementar nº 64, de 25 de março de 2002.

Por fim, a implantação da reforma administrativa pelo Governo promoveu significativas alterações na estrutura estadual. Dentre as principais mudanças, cita-se, na administração direta, a substituição da Secretaria de Estado de Defesa Social – Seds – pelas Pastas de Segurança Pública e Administração Prisional; a criação da Secretaria de Estado Extraordinária de Desenvolvimento Integrado e Fóruns Regionais; a extinção da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – Sede – e do Escritório de Representação do Governo do Estado de Minas Gerais em Brasília – ERBR – e alteração das nomenclaturas da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional, Política Urbana e Gestão Metropolitana – Sedru – e da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – Sectes – que passam agora a se chamar Secretaria de Estado de Cidades e de Integração Regional – Secir – e Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – Sedectes –, respectivamente.

Já na administração indireta, destaca-se a extinção do Instituto de Geoinformação e Tecnologia – IGTec –, da Fundação Centro Internacional de Educação, Capacitação e Pesquisa Aplicada em Águas – Hidroex –, da Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais – IOMG –, do Departamento de

Obras Públicas do Estado de Minas Gerais – Deop –, da Fundação Rural Mineira – Ruralminas – e da Fundação TV Minas – Cultural e Educativa – TV Minas (condicionada à autorização da Presidência da República para a transferência da concessão da TV Educativa); liquidação da Companhia Mineira de Promoções – Prominas –; e alteração da nomenclatura do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG – e da Rádio Inconfidência Ltda para Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DEER-MG – e Empresa Mineira de Comunicação – EMC –, respectivamente.

Considerando a atuação finalística do Estado de Minas Gerais, no que tange à área de infraestrutura e logística, durante o exercício de 2016 foram concluídas obras de construção e adequação de rodovias. Dentre elas, destaca-se:

- melhoramento e pavimentação na rodovia MG-217, com extensão de 48,79 quilômetros, entre os municípios de Água Boa e Malacacheta: empreendimento paralisado no final de outubro de 2014, reiniciado em julho de 2015, e entregue à comunidade em dezembro de 2016;
- obra de melhoramento e pavimentação da rodovia que liga o município de Taquaraçu de Minas ao entroncamento da MG-020, com extensão de 17,36 quilômetros: obra iniciada em agosto de 2013, paralisada em novembro de 2014, reiniciada em julho de 2015 e concluída em novembro de 2016;
- pavimentação, melhoramento e construção de uma ponte sobre o Rio do Tanque, na rodovia que liga o município de Itambé do Mato Dentro ao distrito de Senhora do Carmo, em Itabira, numa extensão de 24,3 quilômetros: iniciado em 26 de junho de 2009, o empreendimento sofreu diversas paralisações até o seu reinício em julho de 2015, sendo oficialmente concluída em março de 2016;
- pavimentação e melhoramento da MG-230, no trecho entre os municípios de Serra de Salitre e Rio Paranaíba, mais o contorno Rio Paranaíba, numa extensão de 57,01 quilômetros: obra paralisada em dezembro de 2014, reiniciada em julho de 2015 e entregue à comunidade em janeiro de 2016.

Já em relação às edificações públicas evidencia-se a conclusão dos seguintes empreendimentos:

- melhoramento e adequação do Aeroporto Três Corações para operação com aeronave de 18 lugares: obra iniciada em agosto de 2015 e concluída em setembro de 2016;

- estação de Ônibus Metropolitano Bernardo Monteiro: composta por seis plataformas, espaço de apoio, banheiros, depósito de material de limpeza e sala de controle técnico. A estação tem capacidade de receber 40 ônibus por dia, do tipo padrão e articulado, e uma média 5.500 passageiros por dia. Obra iniciada em 2014, paralisada no mesmo ano, reiniciada em julho de 2015 e concluída em dezembro de 2016;
- terminal Metropolitano de Justinópolis: composto de 5 plataformas para linhas alimentadoras e duas para linhas troncais do Sistema MOVE, com capacidade para o atendimento de até 45 mil passageiros por dia. Obra iniciada em janeiro de 2014, paralisada em novembro do mesmo ano, retomada em julho de 2015 e concluída em março de 2016;
- terminal Metropolitano São Benedito – construção – Santa Luzia: composto por quatro plataformas, duas para linhas alimentadoras e duas para linhas troncais, executadas com estruturas pré-fabricadas de concreto e telhas termoacústicas. Obra iniciada em maio de 2014, paralisada em novembro do mesmo ano, reiniciada em julho de 2015 e concluída em setembro de 2016.

Ainda na área de infraestrutura e logística, no mês de setembro de 2016, o DEER-MG – entregou ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte – Dnit – o anteprojeto de reforma do Anel Rodoviário de Belo Horizonte. O empreendimento, antiga aspiração da população mineira, irá melhorar as condições de trafegabilidade e segurança no Anel Rodoviário de Belo Horizonte, que atualmente é operado pelo Dnit e tem fluxo diário de aproximadamente 120 mil veículos, sendo que, desse total, 25 mil por dia são somente de carga.

A área de segurança pública também apresentou importantes resultados durante o exercício de 2016. Institucionalmente, houve a criação da Secretaria de Estado de Administração Prisional – Seap – e da Secretaria de Estado de Segurança Pública – Sesp. Dentre as principais competências da Seap, previstas na Lei nº 22.257, de 2016, estão o planejamento, a organização, a coordenação e a gestão da política prisional. Por outro lado, caberá à Sesp elaborar, planejar, deliberar, organizar, coordenar, executar e gerir as políticas estaduais de segurança pública, as atividades de inteligência de segurança pública no âmbito do Estado, as ações de prevenção à tortura e a outros tratamentos ou penas cruéis, desumanas ou degradantes no Estado e a política de atendimento às medidas socioeducativas de semiliberdade e internação.

Do ponto vista finalístico, a edição 2016 do Prêmio Mineiro de Direitos Humanos, que

teve como objetivo central a valorização da prevenção e a mediação de conflitos coletivos, premiou, na categoria “Prevenção de Conflitos Coletivos”, o Programa Mediação de Conflitos – PCM – da Sesp. Há uma década, o PCM transforma a vida das pessoas e das comunidades, permitindo a abertura de novos mecanismos de acesso à justiça e de transformação sociopolítica. Em 2016, somente até agosto, o PCM realizou 7.333 atendimentos nos 32 Centros de Prevenção à Criminalidade – CPCs – distribuídos em territórios considerados de alto índice de violência e criminalidade.

A homologação do concurso público SEDS/SEPLAG nº 09/2013 para o cargo de Agente de Segurança Socioeducativo da Sesp, divulgada em outubro de 2016, foi uma grande conquista para o sistema socioeducativo mineiro. O resultado apresenta a classificação final dos 439 aprovados do primeiro grupamento do certame. Já a homologação do segundo grupamento foi publicada em dezembro de 2016, com mais 450 candidatos na lista dos aprovados. A entrada de servidores efetivos é o caminho necessário para a profissionalização das atividades socioeducativas no Estado.

Outra importante conquista do sistema socioeducativo diz respeito à readequação orçamentária da Sesp, visando a tornar disponíveis para a Subsecretaria de Atendimento Socioeducativo cerca de R\$ 21 milhões em recursos para a construção de seis unidades de internação, a elaboração de projetos executivos para a construção de outras três unidades futuramente, além da reformulação do projeto padrão básico, com vistas a agilizar futuras construções. A proposta prevê, ainda, a liberação de recursos para ampliar as unidades de semiliberdade, que serão implementadas de acordo com um novo modelo de cogestão, cujo edital foi publicado em novembro de 2016. Após o fim das obras, a previsão é de que o sistema ganhe 880 novas vagas de internação e 200 de semiliberdade.

A qualidade do Programa Educacional de Resistência às Drogas – Proerd – da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – também foi destaque em 2016. Nesse ano, somente Minas Gerais, Santa Catarina e Rio de Janeiro – de um total de sete estados credenciados – receberam a chancela para continuar o trabalho. Isso é um reflexo da qualidade do Proerd em Minas e da seriedade com a qual a PMMG desenvolve esse trabalho. Por meio de atividades educacionais em sala de aula, o policial militar fornece aos jovens as estratégias adequadas para tornarem-se bons cidadãos e resistir à oferta de drogas. Com ações direcionadas à comunidade escolar e aos pais, o Proerd também promove a inclusão da família no processo educacional e de prevenção. Hoje, Minas Gerais tem mais de 600 policiais militares instrutores do programa.

O sistema prisional está sendo tratado como questão prioritária pelo governo mineiro, que está atuando para propor ações para combater o déficit de vagas no sistema, visando sua maior efetividade e aumento da eficiência das ações de recuperação do apenado. Abaixo algumas realizações que evidenciam essa postura:

- assunção de 34 cadeias públicas pelo Sistema Prisional de Minas Gerais. Trata-se de uma demanda histórica de retirar da Polícia Civil a responsabilidade de guarda de presos;
- instalação da primeira Universidade Aberta Integrada – Uaitec – dentro do sistema prisional de Minas Gerais, no Presídio José Martinho Drumond, em Ribeirão das Neves. A capacitação servirá para o crescimento pessoal e profissional dos apenados, contribuindo para a ressocialização e ampliação da política pública de geração de renda no ambiente carcerário;
- entrega de 50 novas ambulâncias à Seap, aumentando a frota atual em mais de 50%. Os veículos serão usados para atender às demandas dos núcleos de saúde de unidades prisionais de 34 municípios, no nível da atenção básica;
- conclusão da reforma do Presídio de Lagoa Prata, no território oeste, operando com alas completamente reformadas e 135 vagas, 23 a mais do que antes;
- inauguração do anexo da Penitenciária José Edson Cavaliere – Pjec – em Juiz de Fora, com ampliação de 180 vagas. O anexo foi construído com a mão de obra de 20 presos da penitenciária, em troca de remição de pena.

Em relação à atividade policial civil, ocorreu em 2016, a nomeação de 94 peritos criminais, 34 médicos legistas e, aproximadamente, 1.100 investigadores. Além disso, houve a entrega para a Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG – de 234 novas viaturas no território de desenvolvimento metropolitano. Dessa forma, pretende-se contribuir, de forma eficaz, com a redução da criminalidade, bem como prestar serviços de qualidade nas áreas polícia judiciária, identificação civil e criminal, trânsito, habilitação e promoção da pacificação social.

Já em relação à atividade policial militar, com o objetivo de renovar a frota, foram entregues à PMMG 850 veículos. Por meio do Projeto de Locação de Viaturas, pretende-se incorporar 2.350 carros à frota da PMMG em 247 municípios do Estado. O investimento do Governo de Minas Gerais é de R\$ 400 milhões e o contrato tem duração de cinco anos. O objetivo é servir o Estado com veículos novos, bem equipados, para dar aos integrantes da PMMG qualidade do serviço. Destaca-se que as novas

viaturas vão substituir os carros antigos, com mais de cinco anos de uso e quilometragem superior a 200 mil km rodados. A frota substituída será leiloada.

O ano de 2016 também foi um ano de significativas realizações para o Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG. Em abril de 2016 foi concluída a instalação da unidade aérea na cidade Varginha, com a entrega de helicóptero multimissão. Já em agosto de 2016, houve a inauguração da obra no prédio da Academia de Bombeiros, em Contagem, com 16 salas de aula e investimentos de aproximadamente R\$9,8 milhões. Além disso, houve a implantação de duas unidades do CBMMG nos municípios de Extrema e Paracatu, bem como a entrega de 153 novas viaturas (leves, médias e pesadas). Dessa forma, pretende-se servir cada vez melhor a sociedade mineira com atividades de coordenação e execução de ações de defesa civil, prevenção e combate a incêndio, busca e salvamento.

Avanços na área da educação também foram observados em 2016, dentre eles a reestruturação do quadro de professores, considerado precário em razão da falta de concursos e nomeações. Nesse sentido, durante o ano ocorreram nomeações de cerca de 22.000 novos profissionais concursados. O objetivo é a estabilidade do sistema para que se ajuste, gradativamente, a maioria de efetivos em todas as carreiras. Até o momento, cerca de 37 mil profissionais já foram nomeados.

Uma medida inédita tomada pelo Governo durante o exercício de 2016 diz respeito ao financiamento da merenda escolar. A partir desse ano, o Governo passou a dobrar o investimento enviado às escolas estaduais. Até o ano de 2015, o único recurso repassado para as escolas estaduais, para a alimentação dos alunos, era o do Governo Federal, por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE. O recurso, desde de 2010, possui o mesmo valor: R\$0,30 per capita. Agora, o Governo passará a investir um real para cada real investido pelo Governo Federal.

Já o programa Escola Aberta visa proporcionar aos estudantes da educação básica de escolas estaduais e suas comunidades, espaços alternativos nos finais de semana para a realização de atividades educativas, esportivas, culturais, de lazer e formação inicial para o trabalho e geração de renda. Ademais, visa reduzir a violência em regiões de risco e vulnerabilidade social. Durante esse exercício o programa contou com a adesão de mais de 1.600 escolas estaduais.

Seguindo com as conquistas relacionadas à educação, aproximadamente 148.000 estudantes foram atendidos na educação integral em 2016, com previsão de ampliação para 310.000 estudantes até 2018. O objetivo do Governo é aproximar-se da meta do Plano Nacional de Educação –

PNE –, que estipula que 25% das matrículas da rede pública devem ser feitas em turmas de educação integral. A educação integral figura como peça importante para o desenvolvimento da criança e do adolescente, contribuindo não só para formar cidadãos, mas, sobretudo, propicia um momento de preparação do adolescente para o ensino médio e também para o ambiente acadêmico e profissional.

Em relação à cultura, a Secretaria Estadual de Cultura – SEC – lançou, em maio, o edital 2016 da Lei Estadual de Incentivo à Cultura – Leic. Esta edição chega a seu ápice, com valor de R\$ 11,5 milhões, capaz de incentivar até 300 propostas. Neste edital, foram inseridas novidades como a possibilidade de distribuição regional dos recursos captados, a ampliação das possibilidades de acesso ao benefício, um padrão mais rígido de qualidade na análise das propostas e, diminuição do teto de recursos para cada proposta. Além disso, o edital foi dividido em três frentes, com intuito de especificar os proponentes dos projetos, melhorando a distribuição e a transparência no repasse dos recursos: Direito Público Municipal, Pontos de Cultura e as Organizações da Sociedade Civil.

As alterações atendem a uma das principais premissas da gestão atual, ouvir para governar, haja vista que as mesmas foram resultantes do diálogo da SEC com o setor. Pretendeu-se atingir um equilíbrio entre a viabilidade para as inscrições de projetos e o esforço para que não houvesse excedente de número de projetos aprovados, como aconteceu nos últimos anos.

Outro ponto de destaque na atuação da SEC foi o lançamento do edital de premiação das Festas Tradicionais das Comunidades Indígenas ou Grupos Tribais. Lançado em junho de 2016, foram definidos no edital 13 prêmios, no valor de R\$ 15 mil cada, totalizando o valor de R\$ 195 mil, no sentido de preservar as festas tradicionais das comunidades indígenas ou grupos tribais. Destaca-se que em 2015, os recursos para a premiação foram provenientes de emendas parlamentares mas, em 2016, os recursos foram do próprio orçamento, mostrando o reconhecimento da importância da política pública pelo Governo.

Por fim, ocorreu, em julho de 2016, a revitalização e reabertura do Museu Casa Alphonsus de Guimaraens, em Mariana. Foram restaurados pisos, paredes e forro, num procedimento que conserva as características arquitetônicas do imóvel. O museu foi inaugurado em 1986, situando-se no centro histórico de Mariana. O espaço estava fechado desde 2009 para visitação. Essa iniciativa é a primeira de uma série de intervenções relacionadas à estruturação da cultura mineira.

Durante o exercício de 2016 também foram constatadas significativas realizações na área

da saúde pública. No mês de abril, foi entregue o primeiro Centro de Especialidades Médicas – CEM – do estado. Localizado em Pirapora, no Território Norte, o centro vai garantir acesso a serviços de saúde, como consultas médicas em 10 especialidades, além de uma equipe multiprofissional, beneficiando cerca de 200 mil habitantes de 12 municípios da região. A entrega do CEM Pirapora atende não só à política de regionalização da saúde, como também a uma demanda dos moradores da região, apresentada durante os fóruns regionais de governo.

As doações de veículo também foram marcantes nesse exercício, com destaque para as entregas ocorridas nos meses de janeiro, março, maio e junho:

- janeiro: entregues 24 ambulâncias a 11 municípios e 3 consórcios de saúde, que contam com o Serviço de Atendimento Médico de Urgência – Samu –, beneficiando os seguintes municípios: Barbacena, Belo Horizonte, Betim, Contagem, Governador Valadares, Ipatinga, Itabira, Montes Claros, Ouro Preto, Patos de Minas, Poços de Caldas, Sete Lagoas, Teófilo Otoni e Uberaba;

- março: entregues 155 veículos, entre os quais 17 ambulâncias, para 112 prefeituras e 5 entidades não governamentais de 116 municípios em 11 Territórios de Desenvolvimento de Minas Gerais. Os veículos foram entregues para municípios dos Territórios de Desenvolvimento Metropolitano Oeste, Sul, Médio e Baixo Jequitinhonha, Caparaó, Vale do Aço, Mucuri, Mata, Triângulo Norte, Central e Sudoeste.

- maio: entregues 107 veículos, sendo 53 ambulâncias, beneficiando 90 prefeituras dos Territórios de Desenvolvimento Sul, Caparaó, Vale do Rio Doce, Vertentes, Triângulo Sul, Central, Metropolitano, Oeste, Mucuri, Alto Jequitinhonha, Triângulo Norte, Noroeste, Mata, Médio e Baixo Jequitinhonha, Norte, Sudoeste. A entrega faz parte do Programa de Doação de Veículos para Atenção à Saúde, lançado no final de 2015, contemplando prefeituras e entidades filantrópicas credenciadas como prestadoras de serviços para o Sistema Único de Saúde – SUS.

- junho: entregues 7 ambulâncias do tipo Unidade de Terapia Intensiva – UTI – móvel e 24 do tipo unidade básica para o atendimento da Rede de Urgência e Emergência do Centro-Oeste – Cis-Urg. Os veículos foram recebidos pelo consórcio que irá gerenciar a rede. As bases das ambulâncias avançadas serão os municípios de Divinópolis, Formiga, Oliveira, Itaúna, Luz, Campo Belo e Nova Serrana.

Adicionalmente, ainda em 2016, foi implantado o Serviço Aeromédico Avançado de Vida

coordenado pela 2ª Companhia de Operações Aéreas em Varginha, o serviço atende todo o sul do estado, totalizando 153 municípios. Além do atendimento pré-hospitalar, nos casos de urgência decorrentes de acidentes automobilísticos, transporte aeromédico e de equipes para captação de órgãos, a aeronave atua também em ocorrências próprias do Corpo de Bombeiros, entre elas a prevenção aquática, salvamento em altura, combate a incêndios florestais, transporte e resgate em locais de difícil acesso.

Com o lançamento do Programa Farmácia de Todos, com o objetivo de qualificar a assistência farmacêutica no Estado e garantir o acesso de todos os mineiros a medicamentos gratuitos, a Secretaria de Estado de Saúde – SES – está buscando não só ampliar o número de medicamentos, mas, fundamentalmente, fazer com que esses medicamentos estejam disponíveis a todo o conjunto de municípios mineiros. As principais mudanças que esse programa traz são a retomada do processo de compra pelos municípios que assim o desejarem, e o investimento na estrutura da rede física para melhores condições de atendimento à população.

Já na área de proteção social, foi realizado, em 2016, o 1º Seminário do Fórum Interconselhos, coordenado pela Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania – Sedpac. O objetivo do evento é fortalecer a organização do fórum, elencar os principais desafios à atuação dos colegiados de participação social e construir estratégias para uma atuação conjunta. O Fórum Interconselhos é um espaço que visa o compartilhamento de experiências, vivências e estratégias relativas ao controle social das políticas públicas. Desde sua instalação, um grupo de trabalho atua no mapeamento dos conselhos ativos e inativos, na identificação das principais características dos colegiados e na construção de um canal de comunicação para a participação popular.

Foi criada o Conselho Estadual da Juventude – Cejuve –, por meio da Lei nº 22.414, de 16 de dezembro de 2016, órgão colegiado de caráter deliberativo, consultivo e propositivo, subordinado à Sedpac, por meio da Subsecretaria de Juventude. O Cejuve tem por finalidade formular diretrizes de ações governamentais voltadas para jovens de 15 a 29 anos e foi estabelecido em substituição ao antigo Conselho Estadual da Juventude.

O conselho será composto por 36 conselheiros, sendo 12 representantes governamentais e seus respectivos suplentes e 24 membros e seus suplentes representantes de entidades da sociedade civil em atividade há, pelo menos, um ano no Estado, com atuação na promoção, atendimento, defesa, garantia, estudos ou pesquisas dos direitos das juventudes. Os mandatos terão duração de dois anos, sendo possível

uma recondução. Por meio do conselho pretende-se criar um espaço que vai representar de fato as juventudes, levando em conta a pluralidade e as características regionais, pois não dá para pensar num conselho onde só existem representantes da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Realização do Prêmio Mineiro de Direitos Humanos – Edição 2016. A honraria, entregue pelo Governo de Minas Gerais, por meio da Sedpac, selecionou as ações, projetos e programas executados por órgãos e entidades da administração pública direta e indireta dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de âmbito Estadual que se destacaram pela “Mediação de Conflitos Coletivos e Outras Formas de Prevenção e Solução Pacífica de Conflitos Coletivos”, tema da premiação.

No que se refere ao esporte, o Mineirão recebeu 10 partidas do Torneio Olímpico de Futebol, sendo 6 jogos femininos e 4 masculinos, com destaque para a semifinal da competição feminina e a disputa do bronze na competição masculina.

Ainda sobre os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016, Minas Gerais atraiu cerca de 48 equipes nacionais ou estrangeiras para treinos, hospedagem e aclimatação. A iniciativa foi inovadora, uma vez que Minas Gerais foi o único estado brasileiro a criar um programa para atendimento e captação de delegações estrangeiras. Além disso, contou com a atuação do Núcleo de Articulação Minas 2016, grupo formado por 16 secretarias e órgãos e coordenado pela Secretaria de Estado de Esportes – Seesp. No total, passaram pelo estado quase mil atletas estrangeiros de 17 países. Cinco cidades os receberam: Belo Horizonte, Juiz de Fora, Uberlândia, Viçosa e Lagoa Santa (local de treinamentos da seleção brasileira de canoagem, que recebeu 3 das 19 medalhas conquistadas pelo Brasil).

Com 8 modalidades e participação de aproximadamente 600 atletas, o Governo, por meio de uma parceria entre as secretarias de Estado de Esportes, de Educação – SEE –, de Trabalho e Desenvolvimento Social – Sedese – e a Sedpac realizou, em julho deste ano, os Jogos dos Povos Indígenas de Minas Gerais, na reserva Maxacali Aldeia Verde, em Ladainha. Oito modalidades foram disputadas na competição, sendo elas: derruba o toco, arco e flecha, cabo de guerra, zarabatana, corrida do maracá, bodok, arremesso de lança e futebol.

Outra realização de destaque diz respeito ao Campeonato Mineiro de Futebol Americano que, por 3 anos, ficou fora do calendário esportivo e retornou em 2016 com apoio da Seesp. A abertura do evento levou 5.634 espectadores à Arena Independência. Já a final da competição, disputada em junho, no Estádio Mineirão, outro grande público foi registrado. Na ocasião, 8.720 pessoas compareceram, o que

conseguiu atrair o olhar de diversos clubes e patrocinadores.

Os programas Bolsa-Atleta e Bolsa-Técnico tem o objetivo de garantir a manutenção da carreira dos atletas e técnicos de alto rendimento, buscando dar condições para que se dediquem ao treinamento esportivo e à participação em competições para o desenvolvimento pleno de sua carreira esportiva, de forma a manter e renovar periodicamente gerações de atletas com potencial para representar Minas Gerais nas principais competições nacionais e internacionais. Neste ano, foram disponibilizadas 109 bolsas e, como no edital anterior, foram destinados R\$ 1,13 milhão para o pagamento do benefício no prazo de um ano, com repasses em parcelas bimensais, cujos valores variam de acordo com categoria.

Houve a participação de 156 alunos-atletas de 65 escolas mineiras nos Jogos Escolares da Juventude – JEJ. Para chegar ao JEJ é preciso participar das seletivas municipais e estaduais. Os Jogos Escolares de Minas Gerais – Jemg – são organizados pela Seesp com o apoio da Secretaria de Estado de Educação. A competição mineira é realizada em três etapas (microrregional, regional e estadual) e nesse ano contou com a participação de quase 40 mil jovens, de 2 mil escolas localizadas em 829 municípios. Já os Jogos Escolares da Juventude são organizados pelo Comitê Olímpico do Brasil – COB – desde 2005 e constituem o maior evento estudantil esportivo do Brasil.

Estimular a população para se movimentar em espaços democráticos e aberto a todos é o objetivo das Academias ao Ar Livre. Módulos com diversos aparelhos estão em instalação em todo território mineiro por meio de convênios e termos de doação da Seesp e prefeituras. Em 2016, 650 conjuntos de equipamentos foram doados a 425 cidades.

No tocante à Assistência Social e Trabalho, em 2016, foram implantados 2 Centros de Referência Especializados de Assistência Social – Creas – Regionais, nas cidades de Águas Formosas e Almenara. O Creas consiste na unidade pública estadual que oferta serviços da proteção especial, especializados e continuados, gratuitamente. Assim, a ação possibilita a articulação nas respectivas regiões e interlocução entre os serviços de média e alta complexidade, além de realizar o acompanhamento de indivíduos e famílias. Para sediar o Creas são considerados a existência de rede de proteção e o indicador de vulnerabilidade socioeconômico nas faixas muito alta, alta e média.

Ainda, foram qualificados pelo Programa Estadual de Qualificação da Gestão Descentralizada do Suas – Qualifica Suas –, até outubro de 2016, 8.805 gestores, trabalhadores e conselheiros municipais de assistência social. O Programa Qualifica Suas foi lançado pela Sedese em

2015. Um de seus objetivos consiste em possibilitar um salto de qualidade e de amplitude às ações de apoio técnico, supervisão e capacitação realizadas pelo governo mineiro, gerando melhoria da qualidade dos serviços e benefícios socioassistenciais ofertados à população em situação de vulnerabilidade e risco social no estado. Dentre suas diversas atividades, destacam-se a análise de dados e de indicadores, a definição de ações de apoio, orientações presenciais e a distância, videoconferências, visitas técnicas, reuniões de trabalho, oficinas e capacitações. Os cursos são realizados de forma descentralizada, em polos estratégicos de capacitação.

Também em 2016, 852 municípios foram cofinanciados com o Piso Mineiro Fixo de Assistência Social. O Piso Mineiro refere-se a um recurso estadual que complementa o financiamento aos municípios para ações de assistência social. Deste modo, o repasse de recurso pelo Governo do Estado possibilita a manutenção, ampliação e criação de políticas sociais nos municípios.

No que tange ao Programa Novos Encontros – Enfrentamento da Pobreza no Campo, destacaram-se as seguintes ações e respectivos órgãos:

- 2.746 novas ligações de energia elétrica em propriedades rurais ao longo do ano de 2016, com investimentos de aproximadamente R\$ 32,4 milhões (Cemig);
- doação de 34 novos veículos para uso do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS – ou equipes volantes, formadas por psicólogos e assistentes sociais, a fim de realizar o trabalho de busca ativa da população que vive em áreas de difícil acesso (Sedese);
- 43.776 agricultores aptos a receber o benefício do programa Garantia-Safra 2016-2017, que destina recursos para garantir renda mínima aos agricultores familiares, com investimento de recursos estaduais de cerca de R\$ 4,5 milhões (Emater e Seda);
- 400 ônibus escolares entregues, abrangendo todos os territórios do Estado, com um valor investido de R\$ 58,4 milhões (SEE).

O Programa Novos Encontros foi lançado em 2016 com o objetivo de enfrentar a pobreza no campo. Coordenado pela Sedese, suas ações contemplam diversas secretarias e abrangem 797 dos 853 municípios mineiros. Estão previstos investimentos de R\$ 1,3 bilhão até 2018 em todos os 17 Territórios de Desenvolvimento do Estado.

As ações na área de desenvolvimento produtivo, científico e tecnológico também apresentaram, durante o exercício de 2016, relevantes resultados.

Levando em consideração as atividades relacionadas com a agricultura, pecuária, abastecimento e desenvolvimento agrário, destaca-se o trabalho dos técnicos da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário – Seda –, em parceria com a Emater-MG e com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, que atenderam posseiros de Curvelo, Felixlândia e Inimutaba, interessados em participar do programa estadual de regularização fundiária rural, que estava paralisado desde 2011. Com os trabalhos nestes municípios da região central, o Governo de Minas Gerais chegou à marca de cerca de 7 mil famílias cadastradas e mais de 8 mil processos finalizados, representando mais de 25% da demanda reprimida. Apesar das dificuldades, o Governo está trabalhando para zerar um passivo herdado dos governos anteriores e assim garantir o direito do acesso à terra a milhares de famílias do meio rural.

Pela primeira vez, o Governo de Minas Gerais está realizando o processo de arrecadação de terras devolutas (sem registro) para a regularização de territórios dos Povos e Comunidades Tradicionais – PCTs. Em Minas Novas, no Alto Jequitinhonha, a Seda já identificou 1.300 hectares de terras devolutas na comunidade rural de Córrego Quilombo. Após a análise jurídica, o próximo passo será o processo de destinação da área aos remanescentes de quilombo. O Governo de Minas Gerais tem compromisso com o desenvolvimento dos PCTs. Em parceria, estão sendo conquistados direitos e a cidadania no campo.

Divulgar as ofertas da produção da agricultura familiar e as demandas das escolas e instituições públicas estaduais é o objetivo do Portal da Agricultura Familiar. Lançado em dezembro de 2016, a plataforma digital tem o intuito de promover cada vez mais o acesso do segmento aos mercados institucionais. Já estão cadastrados cerca de 3 mil agricultores familiares e escolas estaduais de todos os 17 Territórios de Desenvolvimento do Estado. O projeto é fruto da parceria da SEE e Seda com a Emater-MG.

Ademais foram certificadas, até outubro de 2016, 1.076 propriedades no programa Certifica Minas Café. Essas certificações visam à inserção dos produtores de café nos mercados nacionais e internacionais de produtos certificados e rastreados. Já estão aptas outras 1.150 propriedades para receberem a certificação.

Já foram entregues 150 kits feira-livre em mais de 50 municípios mineiros. Cada kit é composto por 10 barracas, 20 jalecos, 60 caixas plásticas e 2 balanças digitais. Os kits fazem parte do Projeto de Apoio às Feiras Livres da Agricultura Familiar – Aqui tem Feira! O programa tem como

objetivo oferecer ao agricultor familiar mais infraestrutura para expor e vender suas mercadorias.

Desde a publicação do Decreto nº 46.974, no dia 21 de março de 2016, que instituiu oficialmente o projeto Plantando o Futuro, conseguiu-se viabilizar, por meio de convênios e licitações, a produção e o plantio de 6,13 milhões de mudas de árvores. O montante representa a recuperação de, aproximadamente, quatro mil hectares, equivalente a 20% da meta estipulada no projeto. O projeto visa o plantio de 30 milhões de árvores, o que compreende a recuperação de 40 mil nascentes, 6.000 hectares da mata ciliar e 2.000 hectares de áreas degradadas, em todos os 17 Territórios de Desenvolvimento de Minas Gerais, até dezembro de 2018.

Por fim, destacam-se as seguintes realizações vinculadas ao desenvolvimento produtivo, competitivo, sustentável e inclusivo:

- ligação aérea de 17 cidades mineiras à capital pelo Projeto de Integração Regional de Minas Gerais – Voe Minas Gerais;
- expansão da rede de gás natural, atendendo, prioritariamente, o setor residencial;
- o Governo, por meio da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – Codemig –, reassumiu, em 2016, a gestão do Terminal Rodoviário Governador Israel Pinheiro – Rodoviária de Belo Horizonte, com previsão de R\$40 milhões para investimentos em melhorias no terminal;
- promoção de linhas de crédito beneficiando, aproximadamente, 530 municípios mineiros;
- aproximadamente 241 municípios atendidos pelo Programa Geraminas Social;
- instalação do *Startups and Entrepreneurship Ecosystem Development – Seed* – no Espaço 104, em Belo Horizonte, e apoio a 40 startups em 2016;
- recepção da primeira Feira Internacional de Negócios, Inovação e Tecnologia – Finit –, em novembro de 2016;
- lançamento do Guia Minas e do Passaporte Turístico para promoção de Minas Gerais durante as Olimpíadas 2016;
- estabelecimento do Plano Estratégico para o Desenvolvimento Sustentável do Turismo, por meio da Secretaria de Estado de Turismo – Setur – e da Codemig;
- celebração do convênio com a Associação Brasileira dos Criadores de Girolando,

localizada em Uberaba, e a Codemig, que permitirá a realização da 14ª Exposição Brasileira do Agronegócio do Leite (Megaleite), entre os dias 28 de junho e 1º de julho de 2017, na capital mineira;

- lançamento do projeto Startup Júnior, por meio da Sedectes, que revê a capacitação de jovens para o ambiente empreendedor e a formação de uma cultura inovadora entre os alunos do ensino médio da rede pública, com foco nos estudantes de segundo e terceiro ano.

Diante das realizações apresentadas, conclui-se que, apesar de todas as dificuldades orçamentárias e financeiras vivenciadas durante o período, foi possível, com cooperação entre os Poderes, escuta da sociedade e seriedade, dedicação e transparência do corpo técnico, produzir para a sociedade mineira importantes resultados nas mais variadas áreas de atuação governamental. Espera-se que nos próximos anos as entregas se multipliquem e que os desafios possam ser cumpridos sempre tendo em mente o desenvolvimento sustentável e a participação social.